

# Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

### Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
<b>ATIVO</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	185.371	93.910	443.373	349.654	19	22.253	28.166	12.733	20.146
Títulos a receber	6	707	736			20	154.339	5.228	154.339	5.228
Concessionárias	5	75.864	74.115	76.793	75.232	21			10.393	10.879
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	3.167	424	6.141	424	8	128.096	105.149	128.096	110.780
Outros tributos compensáveis	8	8.617	7.724	18.296	9.985	8	13.309	12.665	24.162	24.460
Dividendos a receber	11	27.840	29.128			11	227.830	202.803	240.944	216.389
Estoques	14			8.275	7.782	22			60	44
Prêmio de risco - GSF	13	2.702	2.702	2.750	2.750	23			8.003	8.224
Rendas a receber	7			3.402	5.217	24			5.411	6.434
Outros créditos	15	3.637	48	4.466	983	15	5.954	4.866	9.475	8.203
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>307.905</b>	<b>208.787</b>	<b>563.496</b>	<b>452.027</b>		<b>551.781</b>	<b>358.877</b>	<b>593.616</b>	<b>410.787</b>
<b>Não circulante</b>										
Títulos a receber	6	7.677	8.140			20	199.710	349.210	199.710	349.210
Prêmio de risco - GSF	13	11.481	14.183	11.685	14.435	21			86.852	92.078
Outros créditos	15	686	260	2.972	2.338	9	1		26	19
		19.844	22.583	14.657	16.773	9	25.261	28.597	51.352	44.549
Investimentos	16	966.933	994.132						1.227	1.121
Imobilizado	17	689	761	921.361	954.061	23			62.887	68.578
Intangível	18	187.469	203.175	483.841	517.237	24	1.519	479	19.924	18.783
		1.155.091	1.198.068	1.405.202	1.471.298	15	664	1.226	1.838	2.468
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.174.935</b>	<b>1.220.651</b>	<b>1.419.859</b>	<b>1.488.071</b>		<b>227.155</b>	<b>379.512</b>	<b>423.816</b>	<b>576.806</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>										
		<b>1.482.840</b>	<b>1.429.438</b>	<b>1.983.355</b>	<b>1.940.098</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Receitas</b>	26	<b>747.889</b>	<b>749.958</b>	<b>808.943</b>	<b>817.325</b>
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	27				
Custo do serviço de energia elétrica		(91.331)	(134.322)	(92.386)	(131.932)
Custo de operação		(135.645)	(154.598)	(63.730)	(64.533)
		<b>(226.976)</b>	<b>(288.920)</b>	<b>(156.116)</b>	<b>(196.465)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>520.913</b>	<b>461.038</b>	<b>652.827</b>	<b>620.860</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	27				
Despesas gerais e administrativas		(49.279)	(47.959)	(59.163)	(58.255)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.356)	(3)	(4.214)	(33)
		<b>(50.635)</b>	<b>(47.962)</b>	<b>(63.377)</b>	<b>(58.288)</b>
<b>Resultado das participações societárias</b>	16	<b>66.584</b>	<b>80.560</b>		
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>536.862</b>	<b>493.636</b>	<b>589.450</b>	<b>562.572</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	28				
Receitas financeiras		16.599	11.613	47.943	33.003
Despesas financeiras		(49.599)	(59.987)	(74.002)	(89.390)
		<b>(33.000)</b>	<b>(48.374)</b>	<b>(26.059)</b>	<b>(56.387)</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<b>503.862</b>	<b>445.262</b>	<b>563.391</b>	<b>506.185</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	29				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(158.308)	(134.653)	(183.092)	(167.903)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.336	217	(6.782)	2.340
		<b>(154.972)</b>	<b>(134.436)</b>	<b>(189.874)</b>	<b>(165.563)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>348.890</b>	<b>310.826</b>	<b>373.517</b>	<b>340.622</b>
Atribuível aos acionistas controladores		348.890	310.826	348.890	310.826
Atribuível aos acionistas não controladores				24.627	29.796
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	30				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,43971	1,28264	1,43971	1,28264
PNA		2,12498	1,89315	2,12498	1,89315
PNB		1,43971	1,28264	1,43971	1,28264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>348.890</b>	<b>310.826</b>	<b>373.517</b>	<b>340.622</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				59	347
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	28	167			
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(21)	(118)
		<b>28</b>	<b>167</b>	<b>38</b>	<b>229</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>348.918</b>	<b>310.993</b>	<b>373.555</b>	<b>340.851</b>
Atribuível aos acionistas controladores		348.918	310.993	348.918	310.993
Atribuível aos acionistas não controladores				24.637	29.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Geração do valor adicionado</b>		<b>851.127</b>	<b>854.875</b>	<b>925.672</b>	<b>936.642</b>
Receita operacional		850.830	854.843	918.493	929.459
Receita relativa à construção de ativos próprios		238	32	7.112	7.165
Outras receitas		59		67	18
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(106.972)</b>	<b>(152.094)</b>	<b>(134.362)</b>	<b>(171.668)</b>
Custos da energia comprada		(28.839)	(83.379)	(29.007)	(80.185)
Encargos de uso da rede elétrica		(71.774)	(64.604)	(72.767)	(65.497)
Materiais		22	(13)	(5.218)	(3.581)
Serviços de terceiros		(2.059)	(1.230)	(18.677)	(16.835)
Outros custos operacionais		(4.322)	(2.868)	(8.693)	(5.570)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>744.155</b>	<b>702.781</b>	<b>791.310</b>	<b>764.974</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações		(44.738)	(44.735)	(85.427)	(86.213)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>699.417</b>	<b>658.046</b>	<b>705.883</b>	<b>678.761</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receitas financeiras		20.688	15.545	53.903	38.042
Resultado da equivalência patrimonial		66.584	80.560		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>786.689</b>	<b>754.151</b>	<b>759.786</b>	<b>716.803</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal					
Remuneração direta		2.137	1.990	15.305	14.866
Benefícios		533	413	3.498	3.194
FGTS		109	92	1.202	1.031
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		236.509	211.550	291.404	266.977
Estaduais		1	2	496	412
Municipais				113	79
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		49.599	59.987	74.002	89.390
Aluguéis		148.911	169.291	249	232
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		33.985	32.583	33.985	32.583
Participações dos não controladores				24.627	29.796
Dividendos		115.963	144.025	115.963	144.025
Partes beneficiárias		34.889	31.082	34.889	31.082
		<b>622.636</b>	<b>651.015</b>	<b>595.733</b>	<b>613.667</b>
Lucros retidos		164.053	103.136	164.053	103.136
		<b>786.689</b>	<b>754.151</b>	<b>759.786</b>	<b>716.803</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		503.862	445.262	563.391	506.185
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(1.106)	(1.257)		
Depreciações e amortizações		44.738	44.735	85.427	85.931
Direito de Concessão - GSF					(3.269)
Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP		49.418	56.928	69.228	75.717
Uso do bem público - atualização monetária e AVP					2.409
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		46	38	5.877	4.328
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				892	1.346
Resultado de participações societárias		(66.584)	(80.560)		
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.702	2.700	2.702	2.700
Outros		2.271	5.158	1.603	5.011
		<b>535.347</b>	<b>473.004</b>	<b>731.529</b>	<b>684.722</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>					
Concessionárias		(1.749)	2.783	(1.561)	2.606
Imposto de renda e contribuição social a compensar				68	68
Outros tributos compensáveis		(26.917)	(32.689)	(46.044)	(36.934)
Rendas a receber				15.921	(2.289)
Outros ativos operacionais		(4.250)	(35)	(4.713)	(1.212)
		<b>(32.916)</b>	<b>(29.873)</b>	<b>(36.397)</b>	<b>(37.761)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>					
Fornecedores		(5.913)	7.099	(21.519)	2.874
Outros tributos a recolher		18.876	28.180	18.876	34.371
Provisões		994	(9)	(16.897)	(9.442)
Uso do bem público					(8.321)
Outros passivos operacionais		(1.930)	(8.778)	(1.922)	(9.476)
		<b>12.027</b>	<b>26.492</b>	<b>(29.783)</b>	<b>10.532</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>514.458</b>	<b>469.623</b>	<b>665.349</b>	<b>657.493</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(129.908)	(145.620)	(160.222)	(171.898)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>384.550</b>	<b>324.003</b>	<b>505.127</b>	<b>485.595</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Dividendos recebidos		61.463	15.916		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(238)	(32)	(7.112)	(6.270)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento</b>		<b>61.225</b>	<b>15.884</b>	<b>(7.112)</b>	<b>(6.270)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Títulos recebidos		1.724	433		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(305.939)	(279.647)	(328.673)	(285.512)
Captação de empréstimos e financiamentos					

...continuação

Lajeado Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

## 1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2035, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MWm (Nota 3.1).

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Lajeado de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

## 1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.233, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$70.890 (R\$76.802 em 31 de dezembro de 2022). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

## 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&amp;D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

## 2 Base de preparação

## 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

## 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 31.1.1.; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7e 26); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 17 e 18); Provisões fiscais e civis (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 24.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 31.1.2.1).

## 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.6 Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 16).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras individuais.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

## 2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2023 89% (89% em 2022) da receita operacional bruta consolidada.

## 2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

## Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

## 2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

## 2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão do Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção de Políticas; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante, Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

## 2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua em Controlada e em Empreendimento Coligada ou empreendimento controlado em conjunto Controlado em Conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indetermina-do

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3 Eventos significativos no período

## 3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, o Consórcio está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MWm para 479,9MWm.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.
Despacho nº 4.832 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro de 2023 foi publicado Despacho nº 4.832/2023, anuindo previamente ao pedido para celebração de Contratos de Compra e Venda de Ativos entre a Controlada Investco, Vendedora, e suas Partes Relacionadas EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Aliança, Compradoras, conforme proposta apresentada.	A controlada Investco está aguardando anuência da ANEEL para alienação de quatro Torres de Emergência Triangulares - TET, através da celebração dos contratos de compra e venda de ativos.

## 3.2 Ações preferenciais resgatáveis

Com a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, que tem por objetivo formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da UHE Lajeado, nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, os acionistas, que são detentores das Ações preferenciais resgatáveis de classes "A", "B" e "C" passam a ter direito a mais 32 parcelas de juros (Nota 21), consequentemente, a liquidação do Capital Social Investco S.A. será no final do novo prazo de concessão, conforme nota 1.1.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.124	1.613	2.741	23.547
Aplicações financeiras				
• Certificados de Depósitos Bancários - CDB	184.247	92.297	440.632	326.107
Total	185.371	93.910	443.373	349.654

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados a taxas que variam entre 98,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e *por rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 31.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia e de sua controlada são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

## 5 Concessionárias

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias				
• Suprimento de energia elétrica	71.757	70.413	72.584	71.338
• Energia de curto prazo	268	304	286	417
• Encargos de uso da rede elétrica	3.709	3.366	3.793	3.445
• Outros créditos	130	32	130	32
Total	75.864	74.115	76.793	75.232

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções de valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 31.2.5.

## 6 Títulos a receber

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	6.1	707	736	17.252
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				(9.575)
Total	707	736	736	8.140

## 6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 21.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.384 (R\$8.876 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

## 7 Rendas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Paulista Lajeado		1.352
CEB Lajeado	3.402	3.865
	3.402	5.217

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e



...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						
	31/12/2022	Dividendos	Adicionais	JSCP	Partes beneficiárias	Pagamentos	31/12/2023
<b>Passivo</b>							
EDP - Energias do Brasil	47.392	39.643	96.136	13.553		(143.528)	53.196
CEB Lajeado	7.980		8.859	7.627		(16.839)	7.627
Paulista Lajeado Energia	2.794		3.100	2.670		(5.894)	2.670
Eletrobras	151.960	121.524		14.349	34.889	(151.960)	170.762
Acionistas não controladores (*)	2.812			5			2.817
Governo do Tocantins	3.451	2.886	7.000	986		(10.451)	3.872
	<b>216.389</b>	<b>164.053</b>	<b>115.095</b>	<b>39.190</b>	<b>34.889</b>	<b>(328.672)</b>	<b>240.944</b>

(\*) O saldo de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.817 (R\$2.812 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

## 12 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora						Consolidado								
	Nota	31/12/2022	Adição	Atualização	31/12/2023	31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2023	31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2023
Depósitos judiciais	24	257	301	15	573	1.807	441	148	(19)	2.377					
Total Não Circulante		<b>257</b>	<b>301</b>	<b>15</b>	<b>573</b>	<b>1.807</b>	<b>441</b>	<b>148</b>	<b>(19)</b>	<b>2.377</b>					

## 13 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$14.183 (R\$16.885 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado de R\$14.435 (R\$17.185 em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nº 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.702 (R\$2.702 em 2022) e no Consolidado de R\$2.750 (R\$2.750 em 2022).

## 14 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.275 (R\$7.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 17) pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$991 (R\$922 em 31 de dezembro de 2022). Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

## 15 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora						Consolidado									
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Adição	Atualização	31/12/2023	31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2023	31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2023
<b>Outros créditos - Ativo</b>																
Serviços em curso						3.576					3.729	64			482	528
Depósitos judiciais															2.377	1.807
Outros						61	48	113	3	737	919	113	3			
Total						<b>3.637</b>	<b>48</b>	<b>686</b>	<b>260</b>	<b>4.466</b>	<b>983</b>	<b>2.972</b>	<b>2.338</b>			
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>																
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10										432				286	921
Arrendamentos e aluguéis						128	143	664	793	344	344	2,759			1.551	1.545
Obrigações Sociais e Trabalhistas						170	166		2.934	2,759						
Encargos Setoriais						5,641	4,542		5,687	4,605						
Outros						15	15		1	510	498				1	2
Total						<b>5,954</b>	<b>4,866</b>	<b>664</b>	<b>1,226</b>	<b>9,475</b>	<b>8,203</b>	<b>1,838</b>	<b>2,468</b>			

## 15.1 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado											
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Adição	Atualização	31/12/2023	31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)						15,2	895	7,203	(319)	(4,535)	2,244	3,234
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH							3,522	14,874		(16,161)	2,235	2,08
Outros encargos							188	2,506		(2,486)	208	
Total Circulante							<b>4,605</b>	<b>24,583</b>	<b>(319)</b>	<b>(23,182)</b>	<b>5,687</b>	

## 15.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, geridos pela controlada, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados a Conta de desenvolvimento energético - CDE.

## 16 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

## 16.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora						% Participação direta	
	Nota	31/12/2022	Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>Investimentos</b>								
Investco		706.897		66.584	(65.089)	28	708.420	73
Direito de Concessão	16.1.1	287.235	(28.722)			28	258.513	73
Total		<b>994.132</b>	<b>(28.722)</b>	<b>66.584</b>	<b>(65.089)</b>	<b>28</b>	<b>966.933</b>	<b>73</b>

## 16.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 18).

## 16.2 Participação direta do investimento

	Investco					
	31/12/2023	31/12/2022				
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)						
Ordinárias		293.608				293.608
Preferenciais		197.007				197.007
% de participação da Companhia						
Capital social integralizado		62,39				62,39
Capital votante		73,00				73,00
Ativos totais		1.257.578				1.269.669
Passivos (Circulantes e Não circulantes)		287.137				301.314
Patrimônio líquido		970.441				968.355
Receitas		196.280				220.982
Resultado líquido do exercício		91.211				110.356

## 16.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	Investco					
	31/12/2023	31/12/2022				
Patrimônio líquido - Saldo inicial		968.354				912.677
Distribuição de dividendos aos acionistas		(89.163)				(54.907)
Lucro líquido do exercício		91.211				110.356
Outros resultados abrangentes		38				229
<b>Patrimônio líquido - Saldo final</b>		<b>970.440</b>				<b>968.355</b>

Percentual de participação societária - %

Participação nos investimentos

Direito de concessão

Saldo contábil do investimento na Controladora

## 17 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria.

## 17.1 Composição do Imobilizado

	Controladora						Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
<b>Imobilizado em serviço</b>												
Administração												
Móveis e utensílios		6,25	58	(58)	-	6,25	58	(58)	-			
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>			<b>58</b>	<b>(58)</b>	<b>-</b>			<b>58</b>	<b>(58)</b>	<b>-</b>		
<b>Ativos de direito de uso (Nota 17.1.1)</b>												
Edificações, obras civis e benfeitorias		8,69	894	(205)	689	8,69	894	(133)	761			
<b>Total Ativos de direito de uso</b>			<b>894</b>	<b>(205)</b>	<b>689</b>		<b>894</b>	<b>(133)</b>	<b>761</b>			
<b>Total do Imobilizado</b>			<b>952</b>	<b>(263)</b>	<b>689</b>		<b>952</b>	<b>(191)</b>	<b>761</b>			

	Consolidado										
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>											
Geração											
Terenos		117.759			117.759		117.759				117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		2,00	697.232	(290.993)	406.239	2,00	696.032	(277.059)	418.973		418.973
Edificações, obras civis e benfeitorias		1,47	336.468	(164.305)	172.163	2,23	334.371	(156.812)	177.559		177.559
Máquinas e equipamentos		3,47	440.348	(246.409)	193.939	3,12	436.141	(232.599)	203.542		203.542
Veículos		14,29	841	(627)	214	14,29	598	(558)	40		40
Móveis e utensílios		6,26	1.002	(351)	651	7,17	1.002	(266)	736		736
			<b>1.593.650</b>	<b>(702.685)</b>	<b>890.965</b>		<b>1.585.903</b>	<b>(667.294)</b>	<b>918.609</b>		

	Consolidado										
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Sistema de transmissão de conexão											
Edificações, obras civis e benfeitorias		1,91	529	(360)	169	3,22	529	(343)	186		186
Máquinas e equipamentos		1,16	17.609	(11.913)	5.696	2,44	17.560	(11.543)	6.017		6.017
			<b>18.138</b>	<b>(12.273)</b>	<b>5.865</b>		<b>18.089</b>	<b>(11.886)</b>	<b>6.203</b>		

	Consolidado										
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Administração											
Edificações, obras civis e benfeitorias		12,24	93	(34)	59	12,24	93	(23)	70		70
Máquinas e equipamentos		11,45	1.360	(1.136)	224	11,45	1.360	(1.049)	311		311
Veículos		14,29	1								

...continuação

Lajeado Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**20 Debêntures**  
**20.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado																							
										31/12/2023			31/12/2022																				
										Encargos	Principal	Não circulante	Encargos	Principal	Não circulante																		
										Circulante	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total																	
Moeda Nacional																																	
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024		Amortização mensal		(99)		(99)		(296)		(296)																	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				Instrução CVM nº 160/22		150.000		1		150.000		5ª emissão em 21/06/2021		21/06/2021 a 17/06/2024		Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida		CDI + 1,05% a.a.		Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		2.689		150.000		152.689		901		150.000		150.901	
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025		Amortização mensal		(290)		(290)		(494)		(494)																	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				Instrução CVM nº 160/22		200.000		1		200.000		6ª emissão em 05/05/2022		05/05/2022 a 05/05/2025		Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida		CDI + 1,45% a.a.		Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		1.749		200.000		201.749		4.327		200.000		204.327	
<b>Total geral</b>										<b>4.438</b>		<b>149.901</b>		<b>199.710</b>		<b>354.049</b>		<b>5.228</b>		<b>349.210</b>		<b>354.438</b>											

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

**20.2 Movimentação das debêntures no exercício**

Circulante	Controladora e Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Transferências	Pagamentos	
Debêntures						
Principal	-			150.000		150.000
Juros	5.228	49.017		(49.807)		4.438
Custo de transação	-		401	(500)		(99)
	<b>5.228</b>	<b>49.017</b>	<b>401</b>	<b>149.500</b>	<b>(49.807)</b>	<b>154.339</b>
Não circulante						
Debêntures						
Principal	350.000			(150.000)		200.000
Custo de transação	(790)			500		(290)
	<b>349.210</b>	-	-	<b>(149.500)</b>	-	<b>199.710</b>

**20.3 Vencimento das parcelas**

Circulante	Controladora e Consolidado	
	Vencimento	
2024	154.339	154.339
Não circulante		
2025	199.710	199.710
Total	<b>354.049</b>	<b>354.049</b>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
  - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
  - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
  - (iii) pedido de autoliquidação, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
  - (iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
  - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
  - (vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
  - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

• Específicas para a 5ª emissão:

- (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
- (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
- (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
- (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação àquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
- (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
- (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
- (vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajustamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

• Específicas para a 6ª emissão:

- (i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
- (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
- (iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
- (iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajustamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
- (v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício de 31 de dezembro de 2023 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

**21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Característica	Forma de pagamento	Consolidado									
		31/12/2023				31/12/2022					
		Encargos	Principal	Não circulante	Total	Encargos	Principal	Não circulante	Total		
<b>Moeda nacional</b>											
Ações recebíveis cumulativa		Contratos de Mútuo	Princial e juros com parcela única ao final do contrato	10.393	32.231	54.621	97.245	10.879	29.310	62.768	102.957
<b>Total</b>				<b>10.393</b>	<b>32.231</b>	<b>54.621</b>	<b>97.245</b>	<b>10.879</b>	<b>29.310</b>	<b>62.768</b>	<b>102.957</b>

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$97.245 (R\$102.957 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido as suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

**21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício**

Circulante	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados (Notas 21.2.1 e 3.2)	Transferências	Ajuste a valor presente (Nota 3.2)	Valor líquido em 31/12/2023
Juros	10.879	(25.395)	20.574	4.335		10.393
	<b>10.879</b>	<b>(25.395)</b>	<b>20.574</b>	<b>4.335</b>	-	<b>10.393</b>
Não circulante						
Principal	62.768				(8.147)	54.621
Juros	29.310		11.691	(4.335)	(4.435)	32.231
	<b>92.078</b>	-	<b>11.691</b>	<b>(4.335)</b>	<b>(12.582)</b>	<b>86.852</b>

**21.2.1 Juros provisionados**

Referem-se aos dividendos complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 28).

**21.3 Vencimento das parcelas**

Circulante	Consolidado	
	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2023
2024	10.393	10.393
Não circulante		
2025	4.807	4.807
2026	5.280	5.280
2027	5.788	5.788
2028	6.337	6.337
2029 até 2033	64.640	64.640
	<b>86.852</b>	<b>86.852</b>
Total	<b>97.245</b>	<b>97.245</b>

www.edp.com.br

continua...

**22 Benefícios pós-emprego**

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantêm plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras individuais, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

Assistência médica - Lei nº 9.656/98	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	60	44	1.227	1.121
	<b>60</b>	<b>44</b>	<b>1.227</b>	<b>1.121</b>

**22.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido**

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2023 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Custo do serviço corrente	Custo dos juros	Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	Contribuições pagas pela Companhia	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Consolidado	
						Circulante	Não circulante
			28			60	44
						<b>60</b>	<b>44</b>

**22.2 Contribuição definida**

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enpreprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$244 (R\$325 em 2022).

Esses planos em 31 de dezembro de 2023 tem a adesão de 58 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2022).

**23 Uso do bem público - UBP**

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP, até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 18) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

Circulante	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias (Nota 27.1)	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Uso do bem público	8.224	9	(235)	(8.321)	8.326	8.003
	<b>8.224</b>	<b>9</b>	<b>(235)</b>	<b>(8.321)</b>	<b>8.326</b>	<b>8.003</b>
Não circulante						
Uso do bem público	68.578	5.266	(2.631)	-	(8.326)	62.887
	<b>68.578</b>	<b>5.266</b>	<b>(2.631)</b>	-	<b>(8.326)</b>	<b>62.887</b>

**24 Provisões**

Provisões cíveis e fiscais	Licenças ambientais	Total	Controladora				Consolidado				
			Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		
			Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
		24,1	1.519	479							
		24,2			5,411	6,434	10,578	1,991			
			<b>1,519</b>	<b>479</b>	<b>5,411</b>	<b>6,434</b>	<b>19,924</b>	<b>18,783</b>			

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**24.1 Provisões cíveis e fiscais**

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e com registros periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

**24.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Fiscais	Outros	Total Não circulante	Controladora							
			Passivo			Ativo				
			Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Depósito Judicial	Saldo em 31/12/2022
	465	74	(84)		42	497	257	257		
	14	1.416	(337)	(75)	4	1.022				
	<b>479</b>	<b>1.490</b>								

...continuação

Lajeado Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**24.1.2.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$968 (R\$1.254 em 31 de dezembro de 2022).

**24.2 Licenças ambientais**

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Investco realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Investco deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas e serão amortizadas com base na vigência da licença.

A Investco consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Investco entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97, por este motivo, em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$14.276 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2023
Circulante	6.434	3.698	(7.602)	360	2.077	444	5.411
Não circulante	1.991	10.578	-	86	(2.077)	-	10.578
<b>Total</b>	<b>8.425</b>	<b>14.276</b>	<b>(7.602)</b>	<b>446</b>	<b>-</b>	<b>444</b>	<b>15.989</b>

**25 Patrimônio líquido****25.1 Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.868.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"		% Participação		Quantidade de ações "PNB"		% Participação	
	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação	Quantidade	% Participação
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%	-	-	-	-	113.690.037	55,86%
Governo do Estado de Tocantins	-	-	-	-	8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	-	-	81.549.616	100,00%	-	-	81.549.616	40,07%
Outros	4	0,00%	4	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
<b>Total</b>	<b>113.690.041</b>	<b>100,00%</b>	<b>81.549.620</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.278.231</b>	<b>100,00%</b>	<b>203.517.892</b>	<b>100,00%</b>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**25.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		348.890	310.826
		<b>348.890</b>	<b>310.826</b>

**Destinação do lucro**

Dividendos intermediários - JSCP	11	33.985	32.583
Dividendos complementares	11	115.963	144.025
Partes beneficiárias	25.3.1	34.889	31.082
Lucro do exercício a deliberar	25.3	164.053	103.136
		<b>348.890</b>	<b>310.826</b>
Dividendos por ação PNA - JSCP		0,10481	0,10481
Dividendos por ação PNB - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos por ação ON - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos intermediários PNA		0,37426	0,37426
Dividendos intermediários PNB		0,52046	0,52046
Dividendos intermediários ON		0,52046	0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

• prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e

• recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

**25.3 Reservas**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Reservas de capital</b>			
Partes beneficiárias	25.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	25.3.2	127.827	127.827
		<b>579.203</b>	<b>579.203</b>
<b>Reservas de lucros</b>			
Legal		1.372	1.372
Lucro do exercício a deliberar	25.3.3	1.372	103.136
		<b>1.372</b>	<b>104.508</b>
<b>Total</b>		<b>580.575</b>	<b>683.711</b>

**25.3.1 Partes beneficiárias**

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

**25.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora**

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio Líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 18.1.3.1).

**25.3.3 Lucro do exercício a deliberar**

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$103.136 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 28 de abril de 2023.

**25.4 Outros resultados abrangentes**

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	470	28	498
	<b>470</b>	<b>28</b>	<b>498</b>

**26 Receita**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

	Controladora				Consolidado				
	Nota	MWh		R\$		MWh		R\$	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	26.1	2.919.800	3.110.011	799.735	804.800	2.954.487	3.144.837	810.978	815.584
Energia de curto prazo	26.2	14.732	32.710	8.733	11.951	18.383	35.836	9.050	12.281
Arrendamentos e aluguéis								55.113	62.608
Outras receitas operacionais				42.362	38.092			43.352	38.986
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>2.934.532</b>	<b>3.142.721</b>	<b>850.830</b>	<b>854.843</b>	<b>2.972.870</b>	<b>3.180.673</b>	<b>918.493</b>	<b>929.459</b>
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
PIS/COFINS				(78.707)	(79.073)			(84.967)	(85.975)
P&D				(7.091)	(6.972)			(7.203)	(7.059)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(14.671)	(16.611)			(14.874)	(16.841)
Outros encargos				(2.472)	(2.229)			(2.506)	(2.259)
				-	-			(109.550)	(112.134)
<b>Receitas</b>		<b>2.934.532</b>	<b>3.142.721</b>	<b>747.889</b>	<b>749.958</b>	<b>2.972.870</b>	<b>3.180.673</b>	<b>808.943</b>	<b>817.325</b>

**26.1 Suprimento de energia elétrica**

A variação no exercício é decorrente da diminuição do volume de energia vendida, ocasionando assim, em uma diminuição financeira dos contratos de suprimento de energia elétrica.

**26.2 Energia de curto prazo**

A variação no exercício refere-se, principalmente, às sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022, que foram impactadas entre outros motivos, pela Revisão Ordinária de Garantia Física 2022/2023 (Portaria GMMME nº 709/2022), a qual reduziu a garantia física de Lajeado em 5% desde janeiro de 2023.

**27 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Nota	Controladora				
	Custo do serviço		Despesas Operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
27.1	25.925	-	-	-	25.925
	65.135	-	-	-	65.135
27.2	-	396	2.771	-	3.167
	-	2	(24)	-	(22)
27.3	-	46	1.774	-	1.820
	-	72	-	-	72
27.4	-	-	44.666	-	44.666
	-	-	135.127	1.415	135.127
	-	-	2	92	306
	-	-	271	2	273
	-	-	<b>91.331</b>	<b>135.645</b>	<b>49.279</b>
			<b>1.356</b>	<b>277.611</b>	

Nota	Controladora				
	Custo do serviço		Despesas Operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
27.1	75.399	-	-	-	75.399
	58.629	-	-	-	58.629
27.2	-	888	1.985	-	2.873
	-	-	13	-	13
27.3	-	115	1.083	-	1.198
	-	-	74	-	74
27.4	-	-	44.661	-	44.661
	-	-	13	3	16
	-	-	153.595	38	153.633
	-	-	294	105	399
	-	-	<b>134.322</b>	<b>154.598</b>	<b>47.959</b>
			<b>3</b>	<b>336.882</b>	

Nota	Consolidado				
	Custo do serviço		Despesas Operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
27.1	26.074	-	-	-	26.074
	66.037	-	-	-	66.037
27.2	-	15.337	6.252	-	21.589
	-	111	(24)	-	87
27.3	-	7.410	6.829	-	14.239
	-	35.787	-	-	35.787
	-	222	-	-	222
27.4	-	4.337	45.081	-	49.418



...continuação **Lajeado Energia S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**• Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**31.2.6 Risco regulatório**

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**31.2.7 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua Controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e debêntures	354.049	354.438	451.294	457.395
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(185.371)	(93.910)	(443.373)	(349.654)
Dívida líquida	<b>168.678</b>	<b>260.528</b>	<b>7.921</b>	<b>107.741</b>
Total do Patrimônio Líquido	703.904	691.049	965.923	952.505
Total do capital	<b>872.582</b>	<b>951.577</b>	<b>973.844</b>	<b>1.060.246</b>
Índice de alavancagem financeira - %	19,33%	27,38%	0,81%	10,16%

**32. Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**32.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2023					
		Controladora					
		Efeito não caixa					
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	Saldo em 31/12/2023
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Títulos a receber e empréstimos a receber							
		8.876	(1.724)	-	1.232	-	8.384
		<b>8.876</b>	<b>(1.724)</b>	-	<b>1.232</b>	-	<b>8.384</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
	11	202.803	(305.939)	-	296.077	34.889	227.830
Debêntures							
	20	354.438	(49.807)	-	49.418	-	354.049
Arrendamentos e aluguéis							
		936	(292)	-	148	-	792
		<b>558.177</b>	<b>(356.038)</b>	-	<b>148</b>	<b>345.495</b>	<b>34.889</b>
							<b>582.671</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>							
		<b>549.301</b>	<b>(354.314)</b>	-	<b>148</b>	<b>344.263</b>	<b>34.889</b>
							<b>574.287</b>

		2022					
		Controladora					
		Efeito não caixa					
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	Saldo em 30/09/2022
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Títulos a receber e empréstimos a receber							
		8.181	(433)	-	1.128	-	8.876
		<b>8.181</b>	<b>(433)</b>	-	<b>1.128</b>	-	<b>8.876</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
		167.661	(279.647)	-	283.707	31.082	202.803
Debêntures							
		301.593	(4.083)	-	56.928	-	354.438
Arrendamentos e aluguéis							
		926	(139)	-	102	47	936
		<b>470.180</b>	<b>(283.869)</b>	-	<b>102</b>	<b>340.682</b>	<b>31.082</b>
							<b>558.177</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>							
		<b>461.999</b>	<b>(283.436)</b>	-	<b>102</b>	<b>339.554</b>	<b>31.082</b>
							<b>549.301</b>

		2023					
		Consolidado					
		Efeito não caixa					
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	Saldo em 31/12/2023
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
	11	216.389	(328.673)	-	318.339	34.889	240.944
Debêntures							
	20	354.438	(49.807)	-	49.418	-	354.049
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
	21	102.957	(25.396)	-	(12.582)	32.266	97.245
Arrendamentos e aluguéis							
		1.886	(420)	-	193	236	1.895
		<b>675.670</b>	<b>(404.296)</b>	-	<b>(12.389)</b>	<b>400.259</b>	<b>34.889</b>
							<b>694.133</b>

		2022					
		Consolidado					
		Efeito não caixa					
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	Saldo em 30/09/2022
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
	11	174.186	(285.512)	-	296.633	31.082	216.389
Debêntures							
		301.593	(4.083)	-	56.928	-	354.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
		92.561	(7.579)	-	7.688	10.287	102.957
Arrendamentos e aluguéis							
		2.393	(386)	-	234	(355)	1.886
		<b>570.733</b>	<b>(297.560)</b>	-	<b>7.922</b>	<b>363.493</b>	<b>31.082</b>
							<b>675.670</b>

		2023					
		Consolidado					
		Efeito não caixa					
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	Saldo em 31/12/2023
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
	11	216.389	(328.673)	-	318.339	34.889	240.944
Debêntures							
	20	354.438	(49.807)	-	49.418	-	354.049
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
	21	102.957	(25.396)	-	(12.582)	32.266	97.245
Arrendamentos e aluguéis							
		1.886	(420)	-	193	236	1.895
		<b>675.670</b>	<b>(404.296)</b>	-	<b>(12.389)</b>	<b>400.259</b>	<b>34.889</b>
							<b>694.133</b>

		2022					
		Consolidado					
		Efeito não caixa					
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	Saldo em 30/09/2022
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
	11	174.186	(285.512)	-	296.633	31.082	216.389
Debêntures							
		301.593	(4.083)	-	56.928	-	354.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
		92.561	(7.579)	-	7.688	10.287	102.957
Arrendamentos e aluguéis							
		2.393	(386)	-	234	(355)	1.886
		<b>570.733</b>	<b>(297.560)</b>	-	<b>7.922</b>	<b>363.493</b>	<b>31.082</b>
							<b>675.670</b>

**32.2 Transações não envolvendo caixa**  
Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Luiz Otavio Assis Henrique</b> Conselheiro	<b>João Manuel Veríssimo Marques da Cruz</b> Conselheiro	<b>Jonatan Ross</b> Conselheiro	<b>Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire</b> Conselheiro	<b>Marcello Nascimento Cabral da Costa</b> Conselheiro
--	---	------------------------------------	---	---

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente e Diretor Executivo	<b>Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho</b> Diretor Técnico	<b>Luiz Felipe Falcone de Souza</b> Diretor
--	---	--

**CONTABILIDADE**

<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	<b>Carla Renata Baptistão</b> Controladora - CRC 15P328362/O-5
--	---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas  
**Lajeado Energia S.A.**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Notas 1.1, 5 e 26)</b> Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1, 5 e 26 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL - e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do suprimento de energia corresponde ao fator entre o volume liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD) da energia. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.	Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, a avaliação do desenho controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita. Adicionalmente, examinamos as planilhas de controle da receita e executamos testes de recálculo dos valores considerando os dados e informações contidos no contrato de concessão e contratos de venda de energia. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Constituição de dividendos e JSCP a receber	60.176	34.942		
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	296.077	256.011	318.338	338.842
Capitalização no Intangível relativo à contingências			(2.014)	
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível			14.276	
Constituição do direito de concessão - GSF				3.269
Constituição do Uso do Bem Público no intangível				11.728
(Reversão) de arrendamentos e aluguéis no imobilizado		47	236	(355)
<b>Total</b>	<b>356.253</b>	<b>291.000</b>	<b>330.836</b>	<b>353.484</b>

**33 Compromissos contratuais e Garantias**

**33.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais	116.541	209.927	176.082	265.802
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	3.497	1.576	543	356
Prêmio de risco - GSF			25.159	25.159
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	30.582	4.555	35.137	53.704
	<b>150.620</b>	<b>216.058</b>	<b>176.625</b>	<b>291.317</b>
			<b>834.620</b>	<b>951.315</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais	96	74		
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	24.155	21.667	3.383	1.852</